

<http://blog.opovo.com.br/opeixe/scharer-acusa-exportadores-de-lagosta-e-pede-rastreamento-eletronico-em-encontro-internacional/>

06.11.12 19:38

## Scharer acusa exportadores de lagosta e pede rastreamento eletrônico em encontro internacional



Lagostas contaminadas, rejeitadas nos Estados Unidos, são reexportadas ou vão para a mesa do consumidor brasileiro. A acusação foi feita pelo ambientalista suíço residente na Prainha do Canto Verde, em Beberibe, René Scharer, em entrevista exclusiva ao blog, direto de Santa Marta, na Colômbia, onde participa de um encontro de especialistas e pesquisadores da lagosta. Nesta quinta feira (8), Scharer apresentará à comunidade internacional o pedido de moratório de 18 meses que os pescadores artesanais de lagosta do Litoral Leste do Ceará apresentaram ao Governo Federal, através de uma carta-manifesto endereçada á Presidenta Dilma Rousseff.

O documento foi apresentado à imprensa quarta feira (31), num ato em que os pescadores decretaram greve, em protesto contra a pesca predatória que estaria inviabilizando a atividade, e antecipando em 30 dias o início do defeso. Veja a seguir a entrevista do ambientalista que defende o controle de origem e o rastreamento da lagosta brasileira, do mar à mesa do consumidor como forma de evitar que empresas comprem lagosta pescada ilegalmente, ovadas ou em estado de decomposição.

Blog O Peixe – O que você vai dizer aí em Santa Marta?

René Scharer – Vou apresentar o pedido de moratória para mais de 500 especialistas e pesquisadores da reunião anual do Gulf and Caribbean Fisheries Institute. E vou contar [sobre](#) a nova iniciativa de montar dois comitês de consumo sustentável para lagosta brasileira, um no Brasil e o outro em Porto Rico, com o objetivo de informar os consumidores, no Brasil e nos mercados internacionais, sobre o estado da lagosta no Brasil, a partir do pedido de moratória dos pescadores artesanais do Ceará.

BP – Como surgiu a ideia dos comitês?

RS – É uma necessidade. Há muita desinformação. Há a clara possibilidade de os mercados do mundo desenvolvido estarem financiando, com suas importações, a pesca predatória da lagosta no Brasil. E de estarem acabando com os nossos estoques, nossa renda e nossos postos de trabalho. Também há riscos para a saúde pública, no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos, porque o controle sanitário pode estar sendo negligenciado. Por todas estas e outras questões, no dia 31 de outubro, estava reunido com amigos em São Paulo, representantes de ONGs e de consumidores, e decidimos criar o Comitê Brasileiro até o final de novembro, com sede em São Paulo.

BP – E o outro comitê?

RS – Será em Porto Rico. Isso vai facilitar dar visibilidade ao problema nos Estados Unidos. Precisamos deles como parceiros, não como predadores. O Comitê para as Américas, como estamos chamando, será coordenado pela minha filha Michelle (Scharer), que é PhD em Biologia Marinha.

BP – Que tipo de visibilidade o movimento precisa?

RS – É preciso informar ao consumidor de lagosta sobre como identificar lagostas de qualidade e que foram capturadas de forma legal, que são de boa qualidade e de origem sustentável. Imagine que os pescadores (artesanais) afirmaram no pedido de moratória que 90% a 95% da lagosta capturada e vendida ou exportada hoje vêm da pesca ilegal de compressor e de rede, proibidos para a captura. Nem o MPA ou o Ibama contesta estas informações empíricas, levantadas pelos pescadores do litoral leste e pela Associação dos Armadores de Fortaleza.

BP – O problema é uma suspeita?

RS – O problema são as empresas de pesca que compram toda a produção sem distinção entre legal e ilegal. Outro problema é a má conservação da lagosta capturada com redes de pesca, já que a lagosta é presa nas redes de noite e, quando chega ao barco, já começou o processo de decomposição. Estas lagostas são exportadas para Estados Unidos e, cada vez mais, são rejeitadas pela DFA – Drug and Food Administration dos Estados Unidos, para garantir a qualidade sanitária. O FDA manda o container inspecionado e com contaminação, por exemplo, com Salmonella, de volta para o Brasil. Pode confirmar com o doutor Raul Madrid, do Labomar. Aqui, a lagosta é lavada e reexportada ou jogada no mercado local.

BP – É uma denúncia muito séria...

RS – Outro problema é que a nossa legislação permite a captura de lagostas ovadas, o que é um absoluto absurdo. O Brasil é o único país no mundo que permite a captura dessa lagosta. Os produtores raspam os ovos e os exportadores mandam para os Estados Unidos, embora a legislação desse país proíba a importação de lagostas ovadas, desde 2009, com o objetivo de proteger a reprodução da nossa lagosta. O professor Aducci (Fonteles), também do Labomar tem mais informações sobre isso.

BP – E que solução o senhor apresentaria?

RS – A declaração de origem é a única forma de saber se a lagosta foi pescada de forma ilegal. Tem uma lei que diz que o comprador, exportador ou vendedor, tem que fazer uma declaração de origem, que deveria ser controlada pelo Ibama ou o MPA. Não se sabe se tem controle, e há denúncias de que algumas empresas fazem falsas declarações de origem. A União Europeia exige uma declaração de origem de todo pescado – lagosta, camarão, peixe, algas etc. Se a fiscalização da União Europeia pegar, pode fechar toda exportação de pescado do Brasil. Muito parecido ao caso da carne com aftosa, por exemplo.

BP – Então, a saída seria fortalecer a declaração de origem?

RS – Os pescadores querem que seja implantado o DOP – Declaração de Origem do Pescado. É o controle eletrônico com rastreamento da lagosta, do pescador até a mesa do consumidor. É uma garantia para a pesca legal. O DOP, em 1995, era chamado de GOL – Guia de Origem da Lagosta. Já constava do primeiro plano de ordenamento da Lagosta que os pescadores ajudaram a construir sob a coordenação do José Augusto, que era superintendente do Ibama nesta época. O programa DOP já existe e foi desenvolvido pelo Ibama, mas nunca foi implantado, porque não interessava aos empresários que vivem da pesca ilegal

05.11.12 19:23

## **Ambientalistas propõem consumo sustentável da lagosta**

Por: [Alberto Perdigão](#) | Comentários: [Comente](#)



Lagosta sem certificação de origem estimula a pesca ilegal

Ambientalistas preocupados com a crise da lagosta se uniram em torno da ideia de criar o Comitê Nacional de Consumo Sustentável da Lagosta. Segundo o representante cearense no grupo, o suíço residente na Prainha do Canto Verde, em Beberibe, René Scharer, o comitê vai reunir as informações [sobre](#) o estado da lagosta pescada no Brasil, a partir do dia 31 de outubro passado, data em que pescadores artesanais pediram ao governo brasileiro a decretação de moratória de 18 meses para as atividades da pesca, beneficiamento e comercialização. As informações serão disponibilizadas aos mercados nacional e internacional, de forma a orientar os consumidores do atacado e do varejo a identificar a lagosta capturada de forma ilegal. Para os pescadores, a falta de fiscalização e controle da pesca predatória por parte do Governo Federal é o principal motivo para crise que inviabiliza a atividade, praticada do Espírito Santo ao Amapá.

Na próxima quarta feira (8), Scharer apresentará o pedido de moratória, em Santa Marta, na Colômbia, para mais de 500 especialistas e pesquisadores reunidos no encontro anual do GCFI – Gulf and Caribbean Fisheries Institute. O GCFI, de acordo com o ambientalista, marca a instalação do Comitê do Consumo Sustentável da Lagosta para as Américas. O comitê funcionará em Porto Rico, abrindo espaço para o tema da lagosta sustentável nos Estados Unidos.

O governo brasileiro ainda não se manifestou a respeito do pedido de moratória. A reivindicação foi encaminhada em carta à presidenta Dilma Rousseff. Uma cópia do documento foi entregue ao superintendente do ao Ministério da Pesca e Aquicultura no Ceará, Carlos Alexandre Alencar, que ponderou a necessidade de a medida passar pelo

Fórum Nacional da Lagosta, antes de ser encampada pelo governo como norma e passar a valer para todo o país